

Negação dos territórios da degradação sistêmica do trabalho

Antonio Thomaz Junior

[Professor Titular de Geografia do Trabalho (UNESP/
Presidente Prudente). Corintiano. Pesquisador CNPq]

A característica contingente do sistema do capital de erigir-se na medida em que o trabalho alienado se consubstancia em negatividade, ganha incremento, ao afirmar o processo de produção de capital, no qual o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, como também este não se reconhece no próprio processo laborativo. Ademais, diante dos desvios de rota, isso pode parecer facilmente corrigível, entretanto, entender as contradições desse processo é, na verdade, essencial para se constatar que a ordem reprodutiva do capital é insolúvel.

Por isso, estamos em concordância com Mészáros (O poder da Ideologia, 2004, p.82), quando indica que “[...] *uma negação adequada da alienação é, portanto, inseparável da negação radical das mediações capitalistas de segunda ordem*”.

Em consequência, o necessário repensar dessa situação nos mobiliza a reorientar as práticas de produção, a fim de resguardar os objetivos sociais essenciais da reprodução, e não propriamente apostar tratar-se de uma regra universal, para a qual não há alternativa. Estou certo de que a criação de uma ordem social alternativa não seja somente desejável, mas, sobretudo, necessária e urgente para a sociedade do futuro e, com isso, o substrato para um projeto para o Brasil.

A começar pela produção de alimentos para a população trabalhadora. As marcantes mudanças que ocorreram no ambiente produtivo e gerencial do mundo capitalista fazem florescer o cenário que se concretizará numa nova ordem espacial moldada pela empresa flexível, a qual traz consigo novas substâncias quanto aos mecanismos e padrões de acumulação e de geração de valor.

Esse é o contexto de reestruturação produtiva perene do capital, que potencia mudanças constantes e rápidas nos processos produtivos reestruturados, atingem diretamente os(as) trabalhadores(as), que mantém, no geral, práticas regressivas em pleno curso, as quais se misturam com as espectrais, como as formas flexíveis de contratação e remuneração, em meio à amplificação do neoliberalismo (ilimitado), do Estado privatizado, ou cada vez mais mínimo, para as políticas públicas, para benefício dos trabalhadores. Os projetos de pesquisa têm sido imprescindíveis, por nos possibilitarem conhecer *in loco* as realidades do trabalho, a práxis em pauta e a sistematização necessária, a qual somente as leituras e o encadeamento coerente entre essas diferentes etapas do processo do conhecimento permitem avançar. Aqui fortaleço apostas em torno da Geografia do Trabalho que estou(amos) tentando construir, enquanto referencial analítico que não se resume à adoção do marxismo como ferramenta de análise da realidade, não se limitando às compreensões abstratas, a fim de fundamentar as ações práticas,

ou seja, de forma articulada, atender à necessidade vital para a transformação da realidade social, “implodindo” os territórios dominados e os espaços estruturalmente controlados pelo capital e seu sociometabolismo, na perspectiva da revolução.

Caso contrário a inércia engessa romper as práticas de trabalho sob o metabolismo do capital, pois sejam heterônomas, sejam portadoras de relativa autonomia, como no caso das camponesas - que produzem os alimentos os quais consomem -, não isentam os trabalhadores de serem explorados, dominados, subordinados ou controlados.

Por isso, a busca das identidades e dos nexos territoriais dos processos de trabalho no campo, por exemplo, e as formas de produzir alimentos associadas à práxis agroecológica, aos impactos ambientais, à soberania alimentar, devem estar conectadas às práticas educativas e populares.

Assim, poderemos compreender a necessidade de apostar na capacidade de transformação, combater os retrocessos da política institucional, lutar pelas Instituições Públicas de Ensino e pela manutenção, melhoria e ampliação do SUS, apoiar e atuar junto aos movimentos sociais populares, nas periferias, acumular forças no âmbito da luta pelo acesso à terra e à água, por moradia, enfim, construir caminhos rumo à liberdade, à democracia, à igualdade de direitos, ao socialismo.

Será por esse caminho que buscaremos delimitar os contornos e as implicações na sociedade capitalista contemporânea, vinculando o trabalho e a busca de alternativas para a produção de alimentos, com vistas à negação do modelo agroexportador - que requer a extração de trabalho excedente e demais procedimentos de subordinação, por exemplo, da renda da terra ao capital, visando à apropriação do produto social de forma privada, e à afirmação da agroecologia, no âmbito dos *novos* territórios da degradação sistêmica do trabalho.

Põe-se em primeiro plano a construção da resistência, da regência da luta de classes enquanto resultado da formação da consciência de classe, e da centralidade do trabalho situada nas ações que rompem os pressupostos e limites da divisão técnica (e positivista) do trabalho, com vistas à produção e distribuição dos alimentos *sanos*, para as famílias trabalhadoras.

Nossas atenções nos inspiram a ampliar a demarcação dos tempos de desproteção e inclusão marginal institucionalizada, para a destruição das políticas públicas, pós-Golpe de 2016, e negação mais acirrada, com a instituição do desgoverno *bolsossauera*, das organizações sociais populares que protagonizam as lutas de resistência da classe trabalhadora, no Brasil.■■■

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.